Boletim Gaúcho de Geografia

http://seer.ufrgs.br/bgg

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO-TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL: CONSEQUÊNCIAS DEMOGRÁFICO-ECONÔMICAS PARA A METADE SUL

Eurípedes Falcão Vieira, Susana Salum Rangel, Michelle Rodrigues Nóbrega, Flávia Cristiane Farina Boletim Gaúcho de Geografia, 25: 83-90, jun., 1999.

Versão online disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39752/26288

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy **Submissão:** http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions

Diretrizes: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO-TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL: CONSEQÜÊNCIAS DEMOGRÁFICO-ECONÔMICAS PARA A METADE SUL

Euripedes Falcão Vieira Susana Salum Rangel Michelle Rodrigues Nóbrega Flávia Cristiane Farina *

O presente estudo de caso exploratório, complementando o trabalho anterior "Distribuição Espacial dos Municípios Emergentes do Processo Emancipatório: Evolução da Territorialidade Municipal (Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23, 1998, p. 42-51) estabelece algumas considerações analíticas inter-regionais no espaço rio-grandense e sugere conseqüências da dinâmica territorial na contextualização demográfica, social e econômica da Região Sul do Estado. A pesquisa realizada objetivou, primordialmente, determinar algumas causas das desigualdades entre a Região Sul e as demais macrorregiões do Estado, no contexto do processo de reordenação do espaço rio-grandense.

A territorialidade rio-grandense foi configurada nas macrorregiões Norte, Nordeste e Sul, atendendo às necessidades metodológicas do presente trabalho. Foram considerados como critérios adequados à divisão regional indicadores demográficos, sociodemográficos e econômicos.

A dinâmica do desenvolvimento da Região Sul do Estado, o processo de industrialização e o desempenho dos municípios gaúchos foram estudados pelo NCR/FEE (1990), e por Lapolli (1993), Vieira & Rangel (1993), Bandeira, Alonso e Benetti (1994), Klering (1994), entre outros autores. As razões expostas e os dados fornecidos identificam um cenário de perdas demográficas e econômicas e de recalcitrância às inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo.

A estrutura analítica do trabalho – método – contempla estudos da reorganização espaço-temporal da territorialidade, das redes de movimentação da população, da mobilidade produtiva e da desigualdade regional. Após a formulação teórica da estratégia e dos objetivos foi processado o levantamento de dados brutos e leitura documental que permitiram a análise qualitativa, a reflexão e a emergência de algumas conclusões. As fontes para pesquisa foram a Assembléia Legislativa, a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais e os documentos censitários do IBGE. No desenvolvimento do trabalho foi procedida a revisão bibliográfica pertinente.

ELEMENTOS DA TERRITORIALIDADE

A Região Sul do Estado, tomada como Metade Sul por corresponder a 49,84% da área total gaúcha contava, até 1900, com a maior parte das unidades municipais e 90% da população rio-grandense. A partir do início do século XX começa uma progressiva reversão dos elementos da territorialidade e dos indicadores demográficos e econômicos. Os 66 municípios territorializados na Metade Sul até 1992, correspondiam a 15,45% do total das unidades administrativas municipais (427 municípios). A participação no conjunto da população era de apenas 23,59%, representando uma queda de 76,41% em 92 anos. O processo emancipacionista teve, portanto, pequena repercussão na Região Sul do Estado.

A Região Norte, com 60,66% dos municípios do Rio Grande do Sul, teve maior incidência no processo emancipacionista, principalmente, nos períodos 1954-1965 e 1981-1992. A prosperidade em áreas de assentamento do processo de colonização alemã e italiana conduziu à criação de novas unidades administrativas municipais. A área da Região Norte, menor que a área da Região Sul, concentrava 28,71% da população total do Estado, superior a da Região Sul, que participava com 23,59% da população total. O processo emancipacionista na Região Norte foi, assim, muito mais vigoroso que na Região Sul.

A Região Nordeste emergiu como espacialidade macrorregional após a onda emancipacionista iniciada em 1954. Em pequena na área correspondente a 9,84% da totalidade rio-grandense, a Região Nordeste concentrava 23,89% dos municípios gaúchos e 47,67% da população total. A Região Nordeste, direcionada no eixo Porto Alegre-Caxias, é a principal área de concentração industrial e populacional do Estado. O Gráfico 1 ilustra os elementos da territorialidade nas três macrorregiões do Estado.

0,00%

50,00%

40,00%

20,00%

10,00%

NORTE

NORDESTE

SUE

□Municipios ■População ■Área

GRÁFICO 1 - ELEMENTOS DA TERRITORIALIDADE NAS MACRORREGIÕES - 1992

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA / FEE.

ATIVIDADE ECONÔMICA

A avaliação do desempenho econômico das macrorregiões rio-grandenses foi procedida através dos indicadores VAF (Valor Agregado Fiscal)¹ e PIB (Produto Interno Bruto).² A Região Norte produz o maior VAF na atividade agropecuária, com 86,46% em virtude, principalmente, da atividade agrícola empresarial, destacando-se as lavouras de trigo, soja e milho, e mais as culturas do fumo e erva-mate de escala. Na Região Sul o VAF projetado é de 80,42%, resultado dos valores atribuídos à produção pecuária e à orizicultura. A maior diversificação da produção primária na região Norte justifica o crescimento do VAF-agropecuário. A Região Sul manteve-se no contexto conservador de produção, cuja base principal tem sido, ao longo dos anos, a pecuária. Uma forte relação de mútua dependência se estabeleceu entre a pecuária de corte e o estabelecimento charqueador, inicialmente, e, posteriormente, com as organizações frigoríficas multinacionais que se instalaram no Estado a partir da primeira metade do século XX. A crise nos grandes frigoríficos a partir dos anos 60 afetou profundamente a pecuária, com reflexos em vários segmentos econômicos da Região Sul. Por outro lado, a principal atividade agrícola é representada pela orizicultura, com desdobramento no setor secundário através do beneficiamento do arroz. Contudo, o valor agregado da produção primária da Região Sul cedeu a primeira posição para a Região Norte, tendo em vista a menor flexibilidade na geração de riquezas. A Região Nordeste, embora dispondo da menor área – 9,84% – projeta um VAF de 36,91%, o que é muito significativo considerando a relação área/produto.

A Região Nordeste produz um VAF-transformação de 44,66% devido a grande concentração industrial na RMPA (Região Metropolitana de Porto Alegre). A Região Sul, segundo pólo industrial do Estado vem sofrendo os efeitos da grave crise instalada no processo produtivo geral. A agroindústria entrou em decadência, o mesmo acontecendo com a antiga e diversificada atividade industrial em Rio Grande. A ruptura entre a tecnologia do modelo industrial rio-grandino anterior à Segunda Guerra Mundial e as novas tecnologias e exigências de mercado no pósguerra provocaram o desmoronamento do antigo parque industrial, projetando um longo período de recessão. O novo espaço industrial proposto com a criação do Distrito Industrial em área contígua ao Superporto do Rio Grande - área retroportuária - não correspondeu à expectativa e, portanto, não preenchendo, até o momento, o espaço industrial perdido. Presentemente, a grande atividade do Porto do Rio Grande, a caminho de se transformar em "Hub Port" (porto concentrador de cargas) para o Cone Sul-Mercosul, renova a expectativa de expansão industrial não só no espaço retroportuário como em toda Região Sul. A decadência dos antigos parques industriais de Rio Grande e Pelotas explica o baixo Valor Adicionado

 $^{^{\}rm 1}$ VAF: valor agregrado fiscal; valor atribuído à produção em cada região.

² PIB: total das riquezas geradas no Estado.

Fiscal-transformação da Região, representando apenas 7,5%. A Região Norte, com 6,97%, vem dinamizando sua produção industrial.

O valor da produção gerada na Região Nordeste, em virtude da polarização industrial, eleva o **PIB** acima das demais regiões. A Região Norte gera um **PIB** superior ao da Região Sul, embora o eixo Rio Grande-Pelotas represente o segundo espaço de concentração industrial do Estado. O **PIB** do Rio Grande (954,65 milhões de dólares) é o 6º e o de Pelotas (774,59 milhões de dólares) é o 7º entre os municípios gaúchos.

A renda per capita da Região Nordeste (US\$ 5.411,72) é a mais alta entre as macrorregiões do Estado por força da produção industrial. A segunda maior renda per capita é a da Região Norte (US\$ 3.307,33), que mostra crescimento no setor agropecuário e industrial. A Região Sul (US\$ 2.956,96), com estrutura produtiva pouco diversificada no setor primário e com declínio industrial a partir dos anos 60, tem a menor renda per capita entre as grandes regiões gaúchas. O Gráfico 2 mostra o desempenho da atividade econômica, segundo os indicadores do VAF e do PIB, para as três macrorregiões do Estado.

10,00% 80,00% 60,00% 50,00% 20,00% 10,00% NORTE NORDESTE SUL

GRÁFICO 2 - VALOR AGREGADO FISCAL E PRODUTO
INTERNO BRUTO PARA AS MACRORREGIÕES DO ESTADO - 1992

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA / FEE.

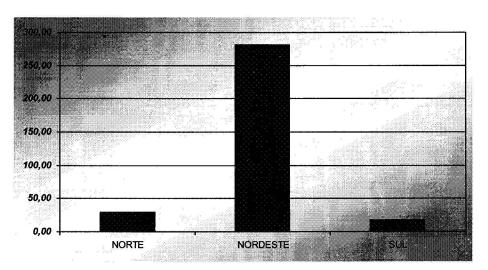
INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Densidade demográfica

A Região Sul possui a menor relação hab/km², por representar a maior área e a menor população entre as regiões consideradas neste estudo. A densidade

demográfica da Região Sul é de 17,58 hab/km², correspondendo a um contexto de migração com saldo negativo, a um excessivo conservadorismo nas práticas produtivas e a atividades econômicas de escala pouco diversificadas. A pecuária extensiva, praticada em grandes propriedades, tem como uma de suas características a ocupação de pequeno volume de mão-de-obra. A extensão dos campos de criação não favoreceu, portanto, a concentração populacional. As atividades agrícolas são de pequena escala, de acordo com o modelo açoriano original. Nas últimas décadas a orizicultura introduziu uma estrutura e organização empresarial nas atividades agrícolas da Região Sul. Contudo, a mecanização das lavouras de arroz não mobilizou contingentes significativos de mão-de-obra. A Região Norte possui 30,08 hab/km², tendo, portanto, uma densidade demográfica bem maior que a da Região Sul. O processo histórico de povoamento, a diversidade produtiva e os ritmos econômicos asseguraram à Região, principalmente a partir da segunda metade do século XX, um maior contingente populacional. A maior densidade demográfica entre as macrorregiões do Estado é a da Região Nordeste com 281,64 hab/km². A pequena área da Região Nordeste e a alta concentração populacional projetam uma significativa relação hab/km². A concentração industrial, a mais elevado do Estado, tem representado, nas últimas décadas, um importante pólo de atração para os movimentos da população rio-grandense. O Gráfico 3 mostra a projeção da densidade demográfica nas três macrorregiões do Estado.

GRÁFICO 3 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA NAS MACRORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL – 1991

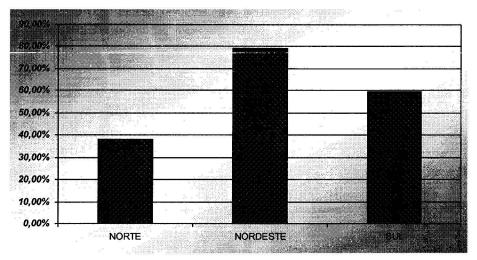


FONTE: IBGE.

Grau de urbanização

A Região Sul concentra grande parte da população nos centros urbanos, projetando um grau de urbanização³ de 59,40%. Essa é uma variável histórica, ligada ao processo de construção do espaço produtivo. A pecuária extensiva utilizou, ao longo dos anos, pequena escala de mão-de-obra, favorecendo a concentração urbana da população. A cultura do arroz emprega uma mão-de-obra sazonal, a maior parte da qual reside na periferia das cidades. A Região Norte, dada a diversidade de culturas agrícolas e, principalmente, a policultura de pequena propriedade, retém maior contingente de população rural, projetando um grau de urbanização de 38,15%. A Região Nordeste, industrializada, com pequena área e grande população acentua a concentração urbana, motivada, também, pela ampla expansão do comércio e das atividades de serviço, projetando um grau de urbanização de 79,18%. O Gráfico 4 mostra o grau de urbanização nas três macrorregiões do Estado.

GRÁFICO 4 – GRAU DE URBANIZAÇÃO NAS MACRORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL – 1991



FONTE: IBGE.

CONCLUSÕES

O presente estudo permite concluir que alguns fatores foram relevantes à perda de posição da Região Sul frente às demais macrorregiões do Estado:

• o processo histórico de ocupação e posse da territorialidade sul baseado na grande propriedade, conjugada com a defesa da terra e a produção primária;

³ Grau de Urbanização: nível de concentração da população em áreas urbanas.

- o assentamento étnico-migratório predominante, açoriano, considerando o tempo e a espacialidade de origem;
- os modelos pecuário extensivo, o agropecuário, o agroindustrial e a ruptura tecnológica e organizacional da industrialização em Rio Grande e Pelotas:
- o conservadorismo e a ideologia da grande propriedade rural não favoreceram o desenvolvimento de áreas de produção diversificada, capazes de motivar iniciativas emancipacionistas;
- a pecuária e a charqueada formaram uma entidade econômica mutuamente dependente, a ponto de o colapso de uma (charqueada) projetar profunda crise na outra (pecuária);
- a estrutura econômica primária e agroindustrial não processou a grande acumulação de capital;
- os indicadores demográficos sinalizaram, a partir da segunda metade do século XX, as mudanças de comportamento da população da Região Sul, principalmente, os deslocamentos inter-regionais, em função dos ritmos econômicos diferenciados nas três macrorregiões do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, J. A. F. Análise do crescimento da região sul nas últimas décadas 1959-1990. In: Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1994. Parte I, cap. 2. 49-93.
- BANDEIRA, P.S. As raízes históricas do declínio da região sul. In: Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1994. Parte II, 8-48.
- BENETTI, M. D. Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul 1970-90. In: Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1994. Parte III, 94-211.
- IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991. Número 22. Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1991
- KLERING, L.R. Análise do desempenho dos municípios do RS em 1994. Assembléia Legislativa. Porto Alegre, 1996.
- LAPOLLI, J. N. Considerações sobre características e peculiaridades da industrialização do Rio Grande do Sul. Ensaios FEE. Porto Alegre. Ano 14, nº 2, p. 469-597. 1993.
- NÚCLEO DE CONTAS REGIONAIS. O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto. In: A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990. T.1, 38-63.
- VIEIRA, E.F. & RANGEL, S.S. Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. Espacialidade/ temporalidade na organização econômica rio-grandense. Porto Alegre: Editora Sagra, 1993.

^{*} Respectivamente, Bacharel em Ciências Políticas e Econômicas e Licenciado em Geografia. Consultor Ad Hoc do MEC. Professor Titular da FURG; Coordenadora-Geral de Análise Téc-

nica no Departamento de Política do Ensino Superior da Secretaria de Ensino Superior do MEC. Especialista em Geografia. Professora Titular da FURG; Bolsista do CNPq; e Bolsista da FAPERGS.

Este trabalho recebeu o prêmio "Jovem Pesquisador" no V Congresso de Iniciação Científica FURG/UFPEL, 1996.